

Polarização política dinâmica: evidências do Brasil¹²

André Bello³ 

Este artigo analisa a natureza da polarização política no Brasil com a aplicação de múltiplas técnicas para aumentar a robustez dos resultados. Um índice de polarização política para o período entre 1989 e 2019 foi construído com base em técnicas estatísticas para análises de dados em nível macro e usando perguntas sobre o sentimento partidário positivo e negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Os resultados mostram que existe uma polarização política afetiva e dinâmica, estruturada por períodos de mais convergência e de mais divergência. Os sentimentos de petismo e antipetismo produzem polarização política, de maneira que o antagonismo entre os dois grupos é crescente ao longo do tempo. Este artigo inaugura um debate sobre a polarização política dinâmica na América Latina dentro da perspectiva da macropolítica.

Palavras-chave: macropolítica; polarização política; petismo; antipetismo; PT

Introdução

O conceito de polarização política sugere dinamismo e mudanças temporais, no entanto, os estudos raramente mostram a polarização política dinâmica ao longo do tempo (Ura; Ellis, 2012). A maioria das análises é realizada com dados em nível micro com base na identificação partidária, nas posições ideológicas e nos aspectos afetivos dos eleitores (Abramowitz; Saunders, 2008; Fiorina; Abrams, 2008; Iyengar; Westwood, 2015). Além disso, a literatura foca principalmente no partidário positivo, embora o partidário negativo tenha começado a receber atenção dos especialistas nos últimos anos (Mayer, 2017; Paiva et al., 2016; Samuels; Zucco, 2018). Usando dados macro – agregação da opinião pública dos indivíduos –, este artigo investiga a natureza da polarização política no Brasil, explorando os sentimentos partidários positivos e negativos ao longo do tempo, e

¹ Este artigo foi apresentado no 44º Encontro Anual da Anpocs e publicado como “conference paper” no Research Gate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/358027803_The_Macro_Political_Polarization_Evidences_from_Brazil>. Acesso em: 9 fev. 2023.

² O banco de dados usado neste artigo foi organizado a partir de informações disponibilizadas pelo Cesop, órgão ao qual eu gostaria de agradecer pela ajuda e compromisso com a pesquisa científica. Ele está disponível no site do Cesop, na seção “Revista Opinião Pública”, na página deste artigo: <https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica>.

³ LAPCIPP – Laboratório de Pesquisa sobre Comportamento Político, Instituições e Políticas Públicas, vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB). Brasília (DF), Brasil. E-mail: <andrebellosa@gmail.com>.

também, a aplicação de múltiplas técnicas para aferir o grau de polarização política, de maneira que os resultados ganham força e aumentam a validade empírica.

Assim, a pesquisa apresentada neste artigo tem dois enfoques: polarização política dinâmica e múltiplas técnicas para aferir o grau de polarização política. A primeira abordagem integra os conceitos de polarização política e partidarismo macro (Mackuen; Erikson; Stimson, 1989). Essa combinação permite observar as simetrias e assimetrias da polarização política, bem como as mudanças e o dinamismo da polarização política (Erikson; Mackuen; Stimson, 2002). Usando a técnica do *dyad ratios*, um índice de polarização política foi construído para o período entre 1989 e 2019 por meio de múltiplas perguntas sobre os sentimentos partidários positivos e negativos em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). As perguntas foram extraídas de sete diferentes institutos de pesquisas, totalizando mais de 1.5 milhões de entrevistados. Este artigo é o primeiro da América Latina a discutir a polarização política dentro da perspectiva da agenda da macropolítica.

A segunda abordagem diz respeito às medidas para aferir o grau de polarização política. Em termos estatísticos, a maioria dos estudos usa a diferença de médias para determinar o distanciamento entre dois grupos, porém, essa é uma maneira limitada, sendo necessário investigar a distribuição das opiniões como um todo, e não somente as médias dos grupos (Levendusky; Pope, 2011; Lee, 2012; McCarty, 2019). Assim, aplicam-se quatro técnicas diferentes para analisar o grau de polarização: dispersão, associação, densidade relativa e sobreposição. O objetivo é explorar as várias dimensões da polarização política e comparar os diferentes métodos para validar o conceito, visto que *"lack a comprehensive methodological assessment and comparison of different polarization measures"* (Bauer, 2019, p. 19).

Cabe ainda destacar que essa investigação ocorre em um sistema eleitoral proporcional com amplas coalizações partidárias e com partidarismo positivo e negativo concentrado no PT. Esse ambiente da representação proporcional é mais plural e consensual (Lijphart, 2008) e, assim, produz, pelo menos em tese, baixa polarização política. A maior parte da literatura sobre polarização política está concentrada nos Estados Unidos, cujo sistema político é diferente do Brasil. Contudo, validar o conceito de polarização política em outros contextos institucionais é importante para a literatura, conforme recomendam Gidron, Adams e Horne (2019) e Iyengar et al. (2019).

Os resultados mostraram que existe polarização política no Brasil e que essa polarização é dinâmica, organizada por períodos de mais convergência ou de mais divergência. Além disso, a natureza da polarização é diferente em relação aos Estados Unidos, cuja divisão é baseada em dois partidos políticos. O PT é o pêndulo dessa polaridade por gerar dois grupos antagônicos que derivam dos sentimentos partidários positivos e negativos: petismo e antipetismo. Com maior ou menor força, esse resultado é apontado pelas quatro medidas de polarização aplicadas neste artigo, o que gera mais robustez aos achados. Ao passo que o petismo é mais estável, as mudanças do antipetismo

são constantes e ascendentes, presumindo uma assimetria na polarização política pelo lado do antipetismo.

Além dessa parte introdutória, o artigo apresenta a seção da fundamentação teórica que está dividida em três partes: polarização política dinâmica, contexto institucional e partidário no Brasil e as técnicas para mensurar a polarização política. Essas três subseções debatem as abordagens teóricas deste artigo. A terceira seção apresenta as hipóteses e a quarta seção mostra o banco de dados e a operacionalização das técnicas. Os resultados estão na quinta seção e, por fim, na sexta seção, realiza-se uma discussão final com os apontamentos para uma agenda futura acerca da polarização política.

Polarização política dinâmica

A polarização política estruturada nos Estados Unidos tem o mesmo padrão em novas democracias? Como é a polarização política em um contexto político de representação proporcional e multipartidário, porém, com um único partido forte em termos de identificação partidária? Os sentimentos partidários positivos e negativos são dinâmicos? As respostas para essas perguntas exigem conectar os modelos micro e macro do partidarismo através da agregação das preferências partidárias positivas e negativas. Nesse sentido, a análise incorpora a ideia de que as mudanças partidárias ocorrem ao longo do tempo de forma lenta e suave, mas são duradouras e acumulativas. Esse modelo, portanto, assume o dinamismo da polarização política (Mackuen; Erikson; Stimson, 1989; Erikson; Mackuen; Stimson, 1998; 2002; Jackson; Kollman, 2011).

No nível micro da polarização política, existe um intenso e não consensual debate sobre o grau de polarização política. Um grupo de especialistas afirma que o eleitor permanece moderado, mesmo com o alinhamento entre a identificação partidária e as posições ideológicas. A população está alinhada politicamente, mas não está necessariamente polarizada (Fiorina; Levendusky, 2006; Fiorina; Abrams 2008; Fiorina; Abrams; Pope, 2005; 2008). Por outro lado, outro grupo de estudiosos afirma que os indivíduos estão cada vez mais separados em função da associação da identificação partidária com as preferências ideológicas e políticas (Abramowitz; Saunders, 2005; 2008). O alinhamento político é a engrenagem da polarização política (Abramowitz; Jacobson, 2006). Essas duas correntes teóricas tratam somente do partidarismo positivo, sendo que as opiniões sobre os partidos políticos são cada vez mais negativas (Abramowitz; Webster, 2018). Como medidas centrais desses estudos estão a identificação partidária e ideológica em nível micro com dados a cada dois ou quatro anos (Caughey; Dunham; Warshaw, 2016). Esse desenho metodológico limita as análises temporais da polarização política.

A terceira abordagem inclui elementos da psicologia, como preconceito, ativismo e emoção, para superar o impasse em torno da polarização política. Os especialistas chegaram à conclusão de que a polarização é mais afetiva do que ideológica (Mason, 2013, 2018; Iyengar; Sood; Lelkes, 2012; Iyengar; Westwood, 2015). No entanto, a literatura

sobre a polarização afetiva ainda não explorou análises feitas pelo modelo da polarização política macro. Como consequência, essas análises são suscetíveis à instabilidade das respostas dos indivíduos e não capturam a evolução ano a ano da polarização política. Há ainda outras limitações em relação às medidas empregadas pela agenda da polarização afetiva. Primeiro, as pessoas tendem a exagerar ou subjugar os sentimentos sobre o partido de oposição (Iyengar et al., 2019). Segundo, os respondentes pensam muito mais na elite política do que nos eleitores quando avaliam os outros partidos políticos (Druckman; Levendusky, 2019). Em conjunto, esses estudos não capturam toda a história da polarização nos Estados Unidos, tampouco em outros contextos institucionais, como o da América Latina.

Os trabalhos de nível macro superam esses problemas, porém ainda são raros na agenda da polarização política. Usando modelos dinâmicos em nível de grupo hierárquico ou da Teoria da Resposta ao Item, Caughey; Dunham; Warshaw (2016) e Hill e Tausanovitch (2015) asseguram que o alinhamento partidário e ideológico não produziu polarização política. Em contrapartida, Ura e Ellis (2012) defendem que existe uma polarização política partidária e dinâmica ao longo dos últimos 40 anos, determinada principalmente pelas repostas mais fortes dos Republicanos sobre os gastos sociais. Metodologicamente, esses trabalhos construíram um indicador de polarização política através da soma de múltiplas perguntas sobre identificação partidária. Sendo assim, os erros de mensuração e vieses nas respostas foram cancelados (Ansolabehere; Rodden; Snyder Jr., 2008; Druckman; Leeper, 2012).

As análises sobre a polarização política dinâmica resultam dos avanços e limitações das três correntes teóricas da polarização vistas até aqui. Através de dados do partidismo positivo e negativo em nível macro, cuja estrutura metodológica permite observar as mudanças da polarização política ao longo do tempo, pode-se analisar a polarização política dinâmica. A novidade aqui é que esse dinamismo da polarização política macro é examinado em uma estrutura institucional de um partido dominante em meio a um sistema multipartidário, de muita volatilidade eleitoral e coalizações partidárias não ideológicas. A polarização política ainda não foi testada dentro desse enquadramento.

Múltiplas técnicas para medir a polarização política

A polarização política apresenta várias dimensões, no entanto, a maioria dos estudiosos emprega a mesma estratégia empírica: o teste da diferença de média entre dois grupos (Fiorina; Abrams; Pope, 2005; Abramowitz; Jacobson, 2006; Mason, 2018). Essa técnica é válida para aferir a dispersão ou associação dos grupos, mas não é capaz de capturar as mudanças de toda a distribuição das preferências dos indivíduos (Levendusky; Pope, 2011; Lee, 2012). Em outros termos, uma parcela da população pode mudar as atitudes e preferências em um alinhamento partidário e ideológico enquanto a população como um todo permanece inalterada. Nesse sentido, a técnica da diferença das

médias restringe uma análise mais global, por isso é importante ir além das médias para investigar as várias dimensões da polarização política.

Para definir um cenário de polarização política, os grupos movimentam-se do centro às extremidades em um processo centrífugo e os moderados diminuem gradualmente. Nesse sentido, a polarização política se caracteriza pela transformação da forma distributiva unimodal para a forma bimodal. DiMaggio; Evans e Bryson (1996) exploraram as várias dimensões da polarização, sendo que os autores testaram a bimodalidade pelo teste de kurtosa. Como mostrou Mouw e Sobel (2001), o teste de kurtosa não é uma medida estatisticamente confiável para aferir as mudanças da distribuição das preferências. Por isso, outros estudiosos apontaram estratégias adicionais para complementar a análise acerca da polarização.

Levendusky e Pope (2011) indicam a medida de sobreposição para avaliar as mudanças da distribuição da polarização. Essa medida é capaz de investigar se o grupo inteiro ou apenas uma parcela do grupo – os ativistas políticos, por exemplo – está polarizado. O critério de sobreposição mostra visualmente o movimento dos grupos ao longo do tempo e se o centro desapareceu. Além disso, calcula o coeficiente de sobreposição para ver a área comum entre os dois grupos. Quanto maior a área comum, menor é o grau de polarização. Analisando a distribuição dos estados norte-americanos, Levensdusky e Pope (2011) mostram que existe muita sobreposição entre os estados sobre assuntos relativos à área da economia e social. Portanto, a visão pela qual os estados são polarizados entre vermelhos e azuis está equivocada para esses autores.

Por sua vez, Lee (2012) propõe a medida de densidade relativa para capturar as mudanças temporais e de assimetria dos grupos. A medida de densidade relativa usa gráficos e faz inferências estatísticas com base na movimentação das preferências do centro às extremidades, identificadas pelo movimento das caudas superior e inferior. Quanto maior os valores estatísticos das caudas, maior o nível de polarização, pois entende-se que o centro está diminuindo. Nesse caso, o formato da distribuição será de um U, um sino invertido. Além disso, a medida de densidade relativa mostra a direção das mudanças, isto é, se a distribuição é maior para a cauda superior, inferior ou se as mudanças são simétricas. Desse modo, é possível investigar o grupo que estimula mais fortemente a polarização política.

Os resultados encontrados por Lee (2012) revelam que a distribuição das preferências ideológicas está em um processo ativo desde a década de 1990 para o papel ou tamanho do governo, produzindo polarização política. Por outro lado, a distribuição ideológica não está polarizada para a dimensão cultural. Ou seja, o centro não desapareceu e não houve movimento às extremidades para os assuntos relativos a aborto, direitos das mulheres e direitos dos homossexuais.

Incluir outros métodos, para além da média, técnica amplamente útil, mas limitada, reforça e amplia o conceito da polarização política. As medidas de sobreposição e de densidade relativa analisam outras características da polarização, fenômeno de

múltiplas dimensões. Bauer (2019) defende a diversidade de técnicas nas análises sobre o conceito de polarização.

O caso brasileiro: partidarismo positivo e negativo

A literatura americana sobre a polarização política não pode ser transplantada diretamente para alguns países em razão das singularidades institucionais e regras eleitorais. Em comparação com as democracias mais avançadas, os partidos políticos na América Latina são menos estáveis e importam menos para as campanhas eleitorais (Baker; Dorr, 2019). O caso brasileiro é emblemático nesse sentido.

Na fase de transição à democracia, em 1989, quando os partidos políticos estavam renascendo, Fernando Collor tornou-se presidente como candidato *outsider* e por um pequeno partido político, criado na véspera da campanha. O presidente do Brasil entre 2019 e 2022, Jair Bolsonaro, trocou oito vezes de partido político antes de se filiar ao PSL, um pequeno partido pelo qual ganhou a eleição presidencial de 2018 contra o PT, que estava no poder desde 2003. Bolsonaro se apresentou aos eleitores na eleição de 2018 como um candidato *outsider*, fortalecido pelas graves denúncias de corrupção contra os partidos políticos e por uma crise econômica que abalou a confiança dos indivíduos. Atualmente, o Bolsonaro está no Partido Liberal (PL) por onde concorreu à reeleição em 2022.

Esse quadro institucional sugere que a identificação partidária no Brasil é extremamente fraca, predominando eleitores indiferentes aos partidos políticos (Kinzo, 2005; Baker et al., 2006; Paiva; Braga; Pimentel Jr., 2007). A fraca identificação partidária é uma característica das novas democracias por onde prevalecem candidatos sem laços ideológicos, alta fragmentação partidária e volatilidade eleitoral. Nesse contexto, a hipótese de polarização partidária não cabe para o Brasil; no entanto, a literatura foi atualizada recentemente.

Com diferentes abordagens teóricas e metodológicas, a literatura assumiu o partidarismo ancorado na competição eleitoral entre o PT e o PSDB, em um cenário de bipolaridade similar ao dos Estados Unidos (Limongi; Cortez, 2010). As disputas eleitorais entre o PT e o PSDB de 2002 a 2014 favoreceram em certa medida essa interpretação com o argumento da conexão do voto com os partidos políticos e, inclusive, com o aumento das chances de os eleitores votarem corretamente (Braga; Pimentel, 2011; Carreirão, 2008; Bello, 2016). Contudo, Rennó e Ames (2014) colocaram em xeque o postulado da bipolaridade ao mostrar que a vinculação do voto se deu pelo PT exclusivamente. Os votos do PSDB se distribuíram em todos os demais candidatos durante a eleição de 2010, isto é, os partidários do PSDB não tiveram vínculos duradouros com o partido.

Como visto, o sistema político brasileiro não apresenta um partidarismo fraco, mas é quase totalmente preenchido pelo PT, único partido programático e formado dos movimentos sociais, dando origem ao petismo (Samuels, 2006; Singer, 2012). Esta é uma

outra vertente da literatura, cujos resultados revelam que o petismo é mais estável do que qualquer outro sentimento partidário e sofre do efeito *bounded partisanship* – simpatizantes do PT tornam-se independentes devido aos eventos de curto prazo, como escândalos de corrupção. No entanto, raramente passam a apoiar outros partidos políticos (Baker et al., 2016; Baker; Dorr, 2019).

Adiciona-se a essa linha de raciocínio, a noção da rejeição partidária ao PT, destacando que o partido produz sentimentos positivos e negativos e contribui com a polarização política (Samuels; Zucco, 2018; Bello, 2019). Aproximadamente 40% dos eleitores entre 2002 e 2013 eram petistas ou antipetistas, isto é, o PT sozinho aglutinava quase a metade do eleitorado brasileiro (Samuels; Zucco, 2018). O antipetismo cresceu principalmente em função das crises econômicas e das avaliações negativas do governo do PT (Paiva; Krause; Lameirão, 2016). Além disso, existe uma forte associação entre a identificação partidária negativa e as atitudes eleitorais. Aproximadamente 66% e 82% dos eleitores antipetistas votaram nos candidatos do PSDB nas eleições de 2002 e 2010, respectivamente (Carreirão, 2007; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2011). Na eleição de 2014, o antipetismo aumentou em 18% a probabilidade do voto no candidato do PSDB (Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016). Analistas e políticos avaliam que os eleitores que votaram no PSDB em eleições anteriores migraram para Bolsonaro em 2018, levados pelas chances de derrotar o PT e pelos escândalos de corrupção da operação Lava Jato (Rennó, 2020).

Por sua vez, os estudos sobre polarização política no Brasil reproduzem a ideia da dinâmica eleitoral entre o PT e o PSDB com ênfase na divisão de renda e regional, mesmo sem evidências diretas sobre a polarização. O PT alinhou-se eleitoralmente com o Nordeste, região mais pobre do país, e perdeu apoio no Sul e Sudeste, regiões mais ricas, que passaram a ser domínio do PSDB. De um lado, os Vermelhos (PT) e de outro lado os Azuis (PSDB), argumenta Nicolau (2014). Nessa esteira, o voto dos mais pobres migrou para o PT em 2006 em virtude dos programas de transferência de renda ao passo que os eleitores mais ricos passaram a votar no PSDB (Singer, 2012; ver também Samuels, 2008; Rennó; Cabello, 2010). Esses padrões eleitorais configuram, na perspectiva de Reis (2014), uma crescente polarização partidária que chegou ao ápice em 2014, uma vez que o PT venceu a eleição por uma pequena margem de votos. Com um estudo empírico mais robusto e usando dados das eleições de 2002 a 2014, Borges e Vidigal (2018) não encontraram diferença entre os eleitores do PT e do PSDB para o posicionamento ideológico e temas políticos sobre economia.

Em resumo, as evidências de que existe polarização política no Brasil são fracas e um dos problemas consiste na falsa dicotomia entre PT e PSDB, que supostamente divide o sistema político brasileiro. O fraco desempenho do PSDB, e de outros partidos mais tradicionais, na eleição de 2018 demonstra a fraca relação entre eleitores e partidos políticos. Ao mesmo tempo, a eleição presidencial de 2018 reforçou a relevância do sentimento negativo ao PT. O antipetismo abandonou o PSDB e apoiou o crescimento de Bolsonaro em 2018. Assim, a polarização política é fundamentada no petismo e

antipetismo, e não entre dois partidos políticos como é fartamente explorada nos Estados Unidos. Como o contexto institucional mudou, a natureza da polarização foi alterada.

Essa ideia é reforçada pela fraca identificação ideológica dos brasileiros (Oliveira; Turgeon, 2015). Apesar de a ideologia aumentar à medida que o nível da escolaridade cresce, o brasileiro não tem cognições precisas sobre o significado da esquerda e direita e a associação entre voto e identificação ideológica não é forte (Carreirão, 2002; Ames; Smith, 2010). Não há motivos para acreditar em uma polarização política bipartidária ou ideológica no país.

Nesse sentido, postula-se que existe polarização política no Brasil, sendo o PT o pêndulo para aumentar ou diminuir a polarização ao longo do tempo. A polarização política no Brasil tem uma estrutura psicológica, baseada nos sentimentos positivos e negativos em relação ao PT. Essa hipótese apoia-se conceitualmente na ideia da identidade social e aproxima-se da teoria da polarização política afetiva (Mason, 2018). Indivíduos demonstram pertencimento a um grupo e atitudes positivas em relação às pessoas classificadas no mesmo grupo social. Ao mesmo tempo, indivíduos avaliam negativamente pessoas que são classificadas como pertencendo a um outro grupo social (Tajfel et al., 1979). A identidade social define a visão de mundo do indivíduo. No caso da política, esse comportamento promove identidade positiva com o partido pelo qual o indivíduo se identifica socialmente e provoca rejeição ao principal partido oponente (Mason, 2018). No caso brasileiro, o antipetismo é o principal adversário do PT, isto é, o petismo produziu, ao longo da história política, o antipetismo (Samuels; Zucco, 2018; Bello, 2019).

Hipóteses

De acordo com esse escopo teórico, espera-se responder a natureza da polarização política no Brasil. Se existe de fato polarização política, qual é o nível e a direção? É assimétrica ou simétrica? Nos últimos anos, sobretudo depois da eleição de 2014, a sensação de que o sentimento do antipetismo cresceu é bastante forte. Nesse sentido, postula-se que a polarização política no Brasil existe, é dinâmica e assimétrica com o viés para o antipetismo, apesar das condições institucionais favoráveis para diluir os conflitos políticos. Esta é a primeira hipótese deste artigo.

Se a polarização política for dinâmica, conforme sugerido aqui, as mudanças do petismo e antipetismo ocorrem por ciclos temporais. Assim sendo, cabe aqui identificar os períodos em que a polarização é mais forte ou mais fraca. O primeiro ciclo abrange a primeira eleição presidencial após o regime militar até o ano em que o PT venceu as eleições pela primeira vez (1989-2002). O segundo ciclo se estende do primeiro mandato do Lula até a reeleição de Dilma (2003-2014). Os últimos anos desse período marcaram a história político do país com as manifestações de junho de 2013, o início da operação Lava Jato e a eleição presidencial mais acirrada de todos os tempos. O terceiro, e último ciclo temporal, abrange do primeiro ano do segundo governo Dilma até o primeiro ano do

governo Bolsonaro (2015-2019). Apesar de um período relativamente curto, esse momento foi bastante intenso: denúncias de corrupção contra o PT, processo de impeachment de Dilma Rousseff, crises econômicas internacionais e nacionais, idas e vindas da inflação e do desemprego e, além disso, a vitória inesperada da extrema-direita no Brasil. Diante desse quadro, postula-se a hipótese de que a polarização política no Brasil é assimétrica pelo lado do antipetismo, cujo crescimento foi vertiginoso durante o mandato da presidenta Dilma.

Dados e método

Este artigo reúne um banco de dados original formado por perguntas⁴ extraídas de várias pesquisas: World Values Survey, Latin American Public Opinion Project (Lapop), The Brazilian Electoral Panel Studies (BEPS), Datafolha, Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), Fundação Perseu Abramo (FPA) e Ibope. No total, foram utilizadas 6 perguntas únicas para o petismo e 5 perguntas únicas para o antipetismo, administradas 24 vezes cada uma, gerando mais de 120 observações. A partir desses dados, as medidas de petismo e antipetismo foram construídas para o período de 1989 a 2019, capturando quase todo o período da redemocratização do Brasil.

A análise dinâmica da polarização política exige realizar a agregação das respostas sobre as preferências partidárias positivas e negativas. Para isso, aplicou-se a técnica *dyad ratios* por conseguir construir um indicador único derivado de múltiplas perguntas sobre o mesmo item. A vantagem dessa técnica é que os resultados gerados são dinâmicos e os vieses de mensuração são reduzidos, eliminando os efeitos dos erros randômicos (Ansolabehere; Rodden; Snyder Jr., 2008; Druckman; Leeper, 2012). As respostas dos respondentes são menos ambivalentes e mais estáveis no tempo (Page; Shapiro, 1992). Desse modo, espera-se observar o dinamismo da polarização política por ciclos temporais de mais convergência ou mais divergência e eliminar as subjetividades das respostas dos entrevistados.

Na prática, o *dyad ratios* aplica a agregação das respostas dos indivíduos das múltiplas perguntas e encontra um valor para cada ano da série. Para os anos em que não existem informações, o algoritmo imputa valores faltantes, de tal modo que o *dyad ratios* é especialmente útil para o índice do antipetismo porque as perguntas são mais raras. Os valores encontrados são suavizados ao longo do tempo através de uma covariação das respostas que leva em consideração o número total de respondentes de cada pesquisa e a quantidade de vezes em que o item está disponível para o ano determinado.

O petismo⁵ e o antipetismo⁶ são as proporções de todos os cidadãos que declararam ter, respectivamente, identificação partidária positiva e negativa em relação

⁴ As perguntas usadas na pesquisa estão disponíveis no Anexo I.

⁵ A fórmula do petismo é: $\text{Petismo} = 100 \times \left\{ \frac{\text{Preferência PT}}{\text{Preferência PT} + \text{Outros Partidos}} \right\}$.

⁶ A fórmula do antipetismo é: $\text{Antipetismo} = 100 \times \frac{\text{Anti-PT}}{\text{Anti-PT} + \text{Anti-Outros Partidos}}$.

ao PT. Dado o sistema político multipartidário do Brasil, todos os respondentes que declararam simpatizar ou se identificar com o PT foram codificados como 1 e os demais respondentes foram codificados como 0. Pelo lado do antipetismo, todos os respondentes que declararam não gostar ou que nunca votariam no PT foram codificados como 1 e os demais respondentes como 0. Para efeito de comparação entre petismo e antipetismo ao longo do tempo, a análise limitou-se a registrar somente os indivíduos entrevistados pelo mesmo instituto de pesquisa e para o mesmo ano⁷. Os que não souberam ou não quiseram se posicionar foram excluídos da fórmula, mas usados para efeito do cálculo final do tamanho da amostra (N)⁸.

Análises das medidas e resultados

Dispersão e associação

Os resultados apresentados seguem uma estrutura lógica. Primeiro, mostra-se o gráfico da evolução do petismo e do antipetismo ao longo do tempo que deriva do método *dyad ratios*. O segundo passo é apresentar os resultados das medidas de dispersão e associação, as quais são mais tradicionais e amplamente aplicadas em estudos sobre polarização política. Depois disso, apresentam-se os resultados das medidas de densidade relativa e sobreposição. Por último, discutem-se as mudanças da polarização política por ciclos temporais através dos gráficos, índice de polarização e o coeficiente de sobreposição. O objetivo é encontrar os períodos nos quais a polarização política é mais latente e mais vibrante.

O Gráfico 1 mostra a evolução do petismo e antipetismo de 1989 a 2019. Apesar da distância entre o petismo e o antipetismo, as curvas simulam ligeiros movimentos paralelos até 2010, aparentemente com o antipetismo reagindo ao crescimento do petismo. Esse paralelismo é mais evidente de 1989 a 1997 e, de fato, a correlação entre as curvas do petismo e do antipetismo é estatisticamente significativa durante esse período ($r=0,98$, $p < 0,05$). A dissimilaridade dos movimentos entre o petismo e antipetismo torna-se mais evidente a partir de 2011 e, já em 2014, claramente a direção dos movimentos segue para lados opostos. É quando acontece a guinada do antipetismo e o declínio do petismo, trajetórias que persistem até 2019 e que, visualmente, demonstram a maior polarização entre o petismo e o antipetismo. Considerando toda a série temporal, a média do petismo foi de 44% e o desvio padrão foi de 14,5%, enquanto a média do antipetismo foi de 33% e o desvio padrão foi de 16%.

O crescimento do petismo explodiu em 2002, o ano em que o PT venceu a primeira eleição presidencial. Durante os mandatos de Lula (2003-2010), o petismo recuou e

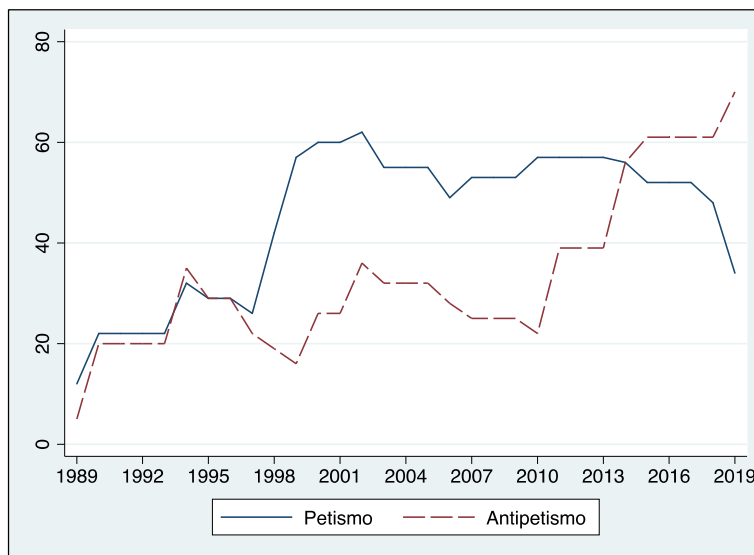
⁷ Os resultados do *dyad ratios* (Mcalc) para o petismo e antipetismo estão disponíveis no Anexo II.

⁸ O Anexo III faz uma discussão sobre os entrevistados que não responderam ou não quiseram responder à pergunta sobre identificação partidária.

avançou, provavelmente em virtude dos escândalos de corrupção e da introdução de uma política econômica mais à direita, provocando o desalinhamento partidário dos simpatizantes históricos do PT (Carreirão, 2008; Samuels, 2008). Após a estabilidade durante o primeiro mandato de Dilma (2011-2014), o petismo sofreu uma nova queda a partir de 2015, chegando ao índice de 34% das preferências partidárias positivas em 2019.

O antipetismo, por outro lado, começou a despontar no cenário político brasileiro de forma consistente a partir de 2011. Um ano antes, a candidata do PT, Dilma Rousseff, se tornou a primeira presidenta mulher eleita do Brasil. A eleição presidencial de 2010 evidenciou a mobilização dos evangélicos contra o PT, o fortalecimento da agenda de costumes e o crescimento eleitoral de Marina Silva, candidata evangélica pelo Partido Verde (PV), que representava a terceira via eleitoral naquela ocasião (Ames, 2018). O antipetismo cresceu nos anos subsequentes, sobretudo depois da eleição presidencial de 2014, alcançando o percentual de 70% das preferências partidárias negativas em 2019. Esse período assinalou também a inclusão dos mais pobres em alguns espaços até então inatingíveis para essas pessoas, como: acesso à universidade pública e privada, aos aeroportos para viagens de família e aos shopping centers. O antipetismo pode ter crescido um provável ressentimento social e racial provocado por esses fatores.

Gráfico 1
Evolução do petismo e antipetismo de 1989 a 2019 (%)



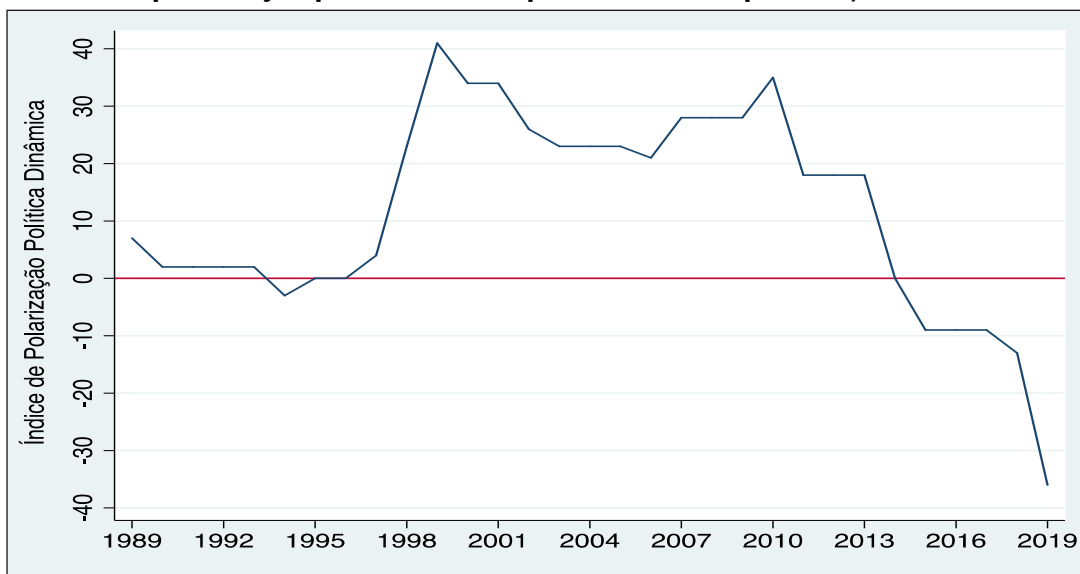
Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

O Gráfico 2, por sua vez, mostra a dispersão dos grupos em análise, ou seja, apresenta a diferença da média entre petismo e antipetismo. Essa medida de dispersão calcula a variância que mostra o quão distante os grupos (as médias) estão do valor

central. Quanto maior a variância, mais distantes o petismo e o antipetismo estão da média. Em termos práticos, a diferença entre o petismo e antipetismo produz um indicador de polarização política (IPP), cuja escala varia de -100 a 100. Os valores negativos denotam que o antipetismo é maior do que o petismo, sugerindo que a polarização política é assimétrica em favor do antipetismo. Os valores positivos mostram que o petismo estimula a polarização. Os valores próximos de 0 indicam que a dispersão é nula e, portanto, não existe polarização política.

Conforme o Gráfico 2, os anos de 1999 e 2019 registraram o maior nível de polarização política em vista da medida de dispersão. A diferença do petismo em relação ao antipetismo foi de 41% em 1999. Já em 2019, a dispersão foi de 36% a favor do antipetismo. Considerando que a linha vermelha significa a dispersão nula, observa-se que o índice de polarização política flutuou abaixo de 10% de 1989 a 1997, indicando uma pequena diferença entre o petismo e o antipetismo. Depois de 1998, o petismo se descolou do antipetismo e a dispersão aumentou entre os dois grupos, induzida sempre pelo crescimento do petismo. A curva do índice de polarização política inverteu-se em 2011, já demonstrando o aumento do antipetismo diante do petismo, e se tornou negativa em termos absolutos em 2015. Essa fase coincide com a conjuntura política negativa para o PT, marcada por denúncias de corrupção, relação desgastada com o Legislativo e crise econômica. O antipetismo superou o petismo entre 2015 e 2019, mostrando quão forte é a força da preferência partidária negativa na política para esse ciclo e, conseqüentemente, na indução da polarização política.

Gráfico 2
Índice de polarização política entre o petismo e o antipetismo, de 1989 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

A medida de dispersão mostra uma significativa variância entre as médias do petismo e do antipetismo, principalmente de 1998 a 2019, de modo que se pode afirmar que a polarização política é um fenômeno concreto no contexto político do Brasil. Por essa medida, a polarização política é simultaneamente assimétrica em função do petismo e do antipetismo, dependendo do período em análise.

A segunda medida para mensurar o grau de polarização política é o teste de *Cronbach's alpha*, usado para calcular a associação entre os grupos. Nesse caso, a medida informa quão próximas ou distantes as médias do petismo e do antipetismo estão uma da outra. Sendo a polarização política um pressuposto da baixa associação entre os dois grupos, valores próximos de 0 indicam que existe polarização política em uma escala que varia de 0 a 1. O teste de *Cronbach's alpha* disponibiliza também os valores de correlação média que simula a correlação de Pearson, demonstrando a homogeneidade ou heterogeneidade entre os grupos. A baixa correlação significa heterogeneidade e, portanto, a existência de polarização política.

O resultado mostrou o coeficiente alpha de 0,51 e a correlação de 0,34 para toda a série temporal entre petismo e antipetismo. Somente coeficientes maiores do que 0,70 são considerados como indicativos de robustez de associação entre dois ou mais grupos. Sendo assim, o alpha de *Cronbach* confirma as baixas associação e correlação entre os dois grupos, de maneira que as mudanças ao longo do tempo são heterogêneas. A medida de associação ratifica, portanto, a polarização política entre o petismo e antipetismo.

Densidade relativa e sobreposição

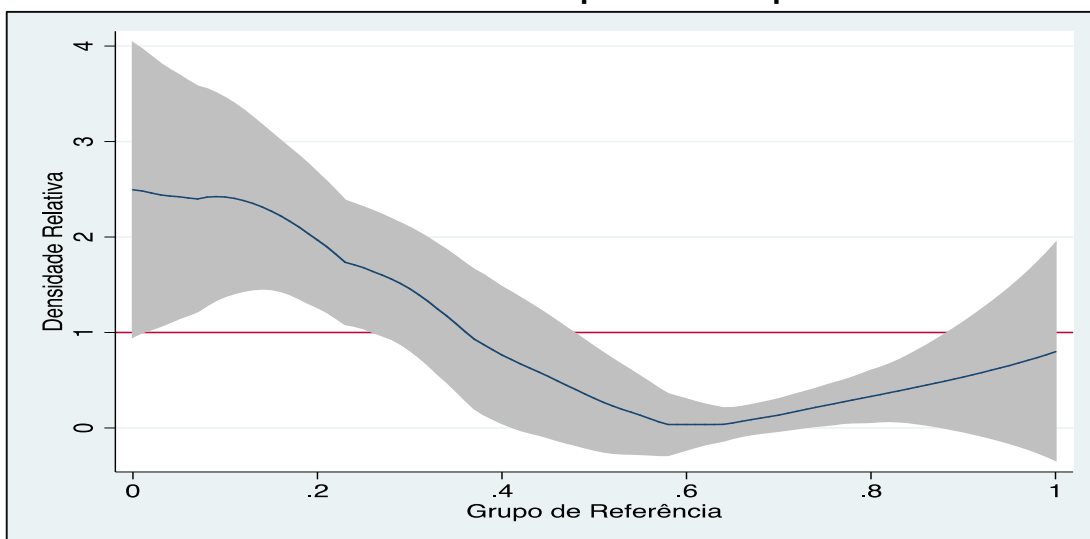
Em relação às mudanças distribucionais, aplica-se o gráfico de densidade relativa e o índice de polarização que compõem a medida de densidade relativa. No Gráfico 3, o eixo x representa a distribuição do grupo de referência e o eixo y significa o aumento da densidade relativa em relação à distribuição da linha de base. Desse modo, o gráfico mostra o aumento ou a diminuição da distribuição do grupo de comparação (antipetismo) em paralelo ao grupo de referência (petismo). O objetivo é verificar o grau da distribuição como um todo. A polarização política visualmente é determinada pela distribuição bimodal perfeita: a curva encontra-se no formato de U, ou seja, o centro está subrepresentado ($g(r) < 1$) e as caudas estão sobrerrepresentadas ($g(r) > 1$). Quando a densidade relativa é igual a 1, não há divisão entre os dois grupos e, portanto, não existe polarização política. As mudanças distribucionais são simétricas quando a densidade relativa das caudas é maior do que 1, perfazendo um movimento paralelo das caudas. A polarização é assimétrica quando uma cauda cresce desproporcionalmente mais do que a outra cauda.

O índice de polarização é outra abordagem da medida de densidade relativa, que produz coeficientes para a polarização mediana relativa (MRP), decomposto pelos índices de polarização relativa inferior (LRP) e polarização relativa superior (URP). Esse indicador estatístico de polarização calcula o valor da mediana entre o grupo de comparação

(antipetismo) e o grupo de referência (petismo). Considerando que o índice de polarização varia de -1 a $+1$, valores positivos da MRP denotam polarização política, pois é o indicativo de que o centro caminhou às extremidades. Os valores negativos explicam a convergência das distribuições ao centro. O índice de polarização também calcula estaticamente as mudanças distribucionais das caudas superior e inferior, estimando a assimetria ou a simetria da polarização política. Quando as duas caudas crescem proporcionalmente, ou seja, os coeficientes são positivos em grandezas similares, afirma-se que a polarização política é simétrica. Por outro lado, a polarização é assimétrica quando o coeficiente de uma cauda é bem superior ao valor da outra cauda (Handcock; Morris; Bernhardt, 1997; Lee, 2012). Tomando em conjunto as duas abordagens da medida de densidade relativa, uma importante vantagem dessa medida é mostrar visualmente e estatisticamente as mudanças da distribuição e a decomposição da polarização política.

O Gráfico 3 mostra que a densidade relativa entre o petismo e o antipetismo apresenta o formato de um U quase perfeito, demonstrando a tendência de uma distribuição bimodal. A linha de densidade do centro está subrepresentada, abaixo da linha horizontal vermelha ($g(r) < 1$), enquanto as linhas de densidade das caudas estão sobrerepresentadas, acima da linha horizontal vermelha ou inclinada para cima ($g(r) > 1$). Em termos práticos, a medida de densidade relativa mostra que o centro está desaparecendo e as densidades das caudas estão crescendo de forma assimétrica. Assim, a polarização política distribucional está claramente posta de 1989 a 2019.

Gráfico 3
Densidade relativa entre o petismo e antipetismo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Esse padrão distributivo entre petismo e antipetismo foi reproduzido pelo índice de polarização política. De acordo com a Tabela 1, a polarização política entre petismo e antipetismo é notada, principalmente na cauda superior da distribuição. O índice da mediana relativa de polarização foi de 23% com um intervalo de confiança de 95%, o que significa que o centro caminhou às extremidades de forma segura. Na composição⁹ da mediana relativa, a distribuição da cauda superior (37%) se mostrou maior do que o efeito da cauda inferior (-13%).

Tabela 1
Índice de polarização entre petismo e antipetismo (%)

| Índice de polarização | Coefficiente | Erro padrão |
|-----------------------|--------------|-------------|
| Mediana (MRP) | 0,23 | 0,17 |
| Cauda Inferior (LRP) | -0,26 | 0,24 |
| Cauda Superior (URP) | 0,73 | 0,26 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Considerando o gráfico de densidade relativa e o índice de polarização, os resultados apontaram para uma divergência na comparação entre o antipetismo e o petismo, produzindo polarização política para o período que compreende de 1989 a 2019. Além disso, os resultados mostraram que a polarização é assimétrica uma vez que as mudanças do antipetismo impactaram mais do que as mudanças do petismo para a polarização política. Sendo assim, a medida de densidade relativa corrobora a hipótese de que o PT está originando a polarização política no Brasil por produzir sentimentos partidários positivos e negativos simultaneamente.

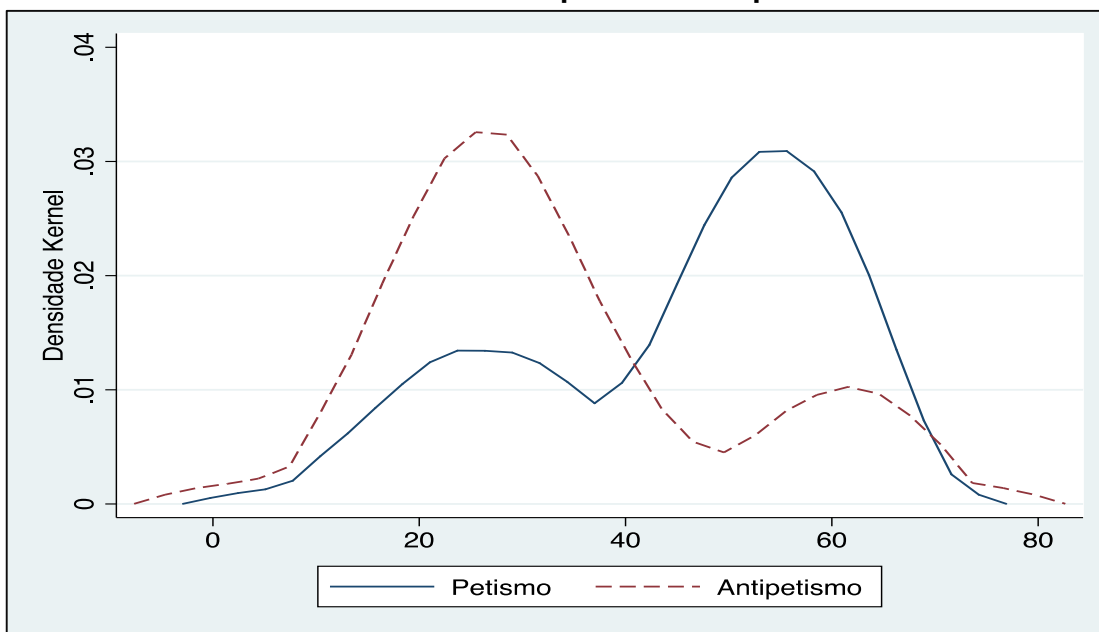
Para examinar a heterogeneidade entre o petismo e o antipetismo, usou-se a medida de sobreposição que mostra a densidade kernel e o coeficiente de sobreposição entre as duas distribuições. Nesse caso, a heterogeneidade é uma condição para a polarização política porque a área de sobreposição entre os dois grupos (petismo e antipetismo) será baixa. O gráfico de kernel mostra visualmente a separação entre os dois grupos e a área em que as distribuições estão sobrepostas. A medida de sobreposição aplica um teste mais formal a fim de identificar estatisticamente a área comum entre o petismo e o antipetismo, gerando o coeficiente de sobreposição. Esse indicador de sobreposição varia de 0 a 1, sendo que os valores próximos de 1 representam forte grau de sobreposição. Os valores mais próximos de 0 significam fraca sobreposição. Não é esperada uma heterogeneidade total por simplesmente sempre existir algum nível comum entre os grupos (Schimid; Schimidt, 2006).

O Gráfico 4 revela que o petismo e o antipetismo compartilham áreas comuns, bem como que existe visualmente uma separação entre o petismo e o antipetismo. No mínimo,

⁹ Para encontrar o percentual de URP e LRP, é necessário dividir os coeficientes por dois e depois multiplicar por 100. O valor de MRP é a média de URP e LRP $(0,73-0,26)/2$.

esse resultado sugere que a polarização política é moderada. De acordo com o teste estatístico mais formal da medida de sobreposição, a área comum é de 0,70, isto é, existe uma homogeneidade entre o petismo e antipetismo de 70%. Diferentemente das medidas de dispersão, associação e densidade relativa, a medida de sobreposição indicou uma polarização política moderada. Embora o gráfico de kernel mostre visualmente uma separação importante entre o petismo e o antipetismo, o coeficiente de sobreposição mostrou que existe mais similaridade do que dissimilaridade entre o petismo e o antipetismo.

Gráfico 4
Densidade Kernel entre petismo e antipetismo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Polarização política por ciclos temporais

Os resultados até aqui mostraram que o Brasil, apesar de uma posição institucional mais plural e consensual, possui níveis de polarização política dinâmica. Conforme ficou evidente no Gráfico 1, as mudanças do petismo e antipetismo são dinâmicas ao longo do tempo, de maneira que a polarização é ora mais latente e ora mais vibrante. Posto isto, coloca-se a pergunta central: quais são os períodos de mais convergência e de mais divergência política? Essa mudança no humor do cidadão é provavelmente influenciada pelas transformações da economia e outros fatores externos e internos inerentes a qualquer sociedade em desenvolvimento.

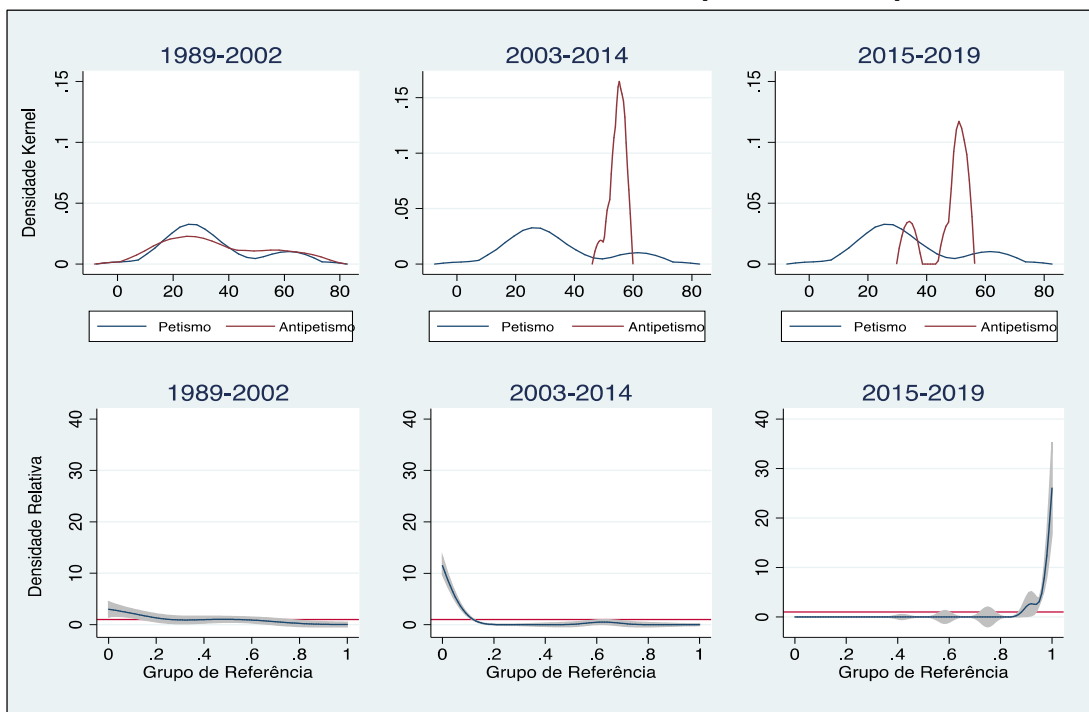
Assim, essa última seção dos resultados mostra a mudança da polarização política dividida em três ciclos temporais. O primeiro ciclo, de 1989 a 2002, é o período no qual a descrição das curvas do petismo e do antipetismo e os resultados de dispersão mostram mais similaridades do que dissimilaridades. Ou seja, é um ciclo mais consensual, de menor conflito político, e no qual o petismo e o antipetismo configuram-se como fenômenos incipientes. O segundo ciclo, de 2003 a 2014, é exatamente um cenário oposto, com maior potencial de conflito político, visto que é a fase de crescimento do antipetismo. O terceiro e último ciclo, 2015 a 2019, não muda muito em relação ao período anterior (2003 a 2014), pois o crescimento do antipetismo continua bastante expressivo.

O Gráfico 5 mostra que a polarização política é forte no segundo e terceiro ciclos, anos que compreendem a entrada do PT no governo e o início do governo Bolsonaro. Conforme os gráficos da densidade kernel, as mudanças distribucionais entre o petismo e o antipetismo são visivelmente mais homogêneas no primeiro ciclo (1989-2002) e mais heterogêneas no segundo ciclo (2003-2014) e terceiro ciclo (2015-2019). Enquanto o antipetismo alcança a densidade de 0,15 pontos no segundo ciclo, a densidade do petismo é bastante diluída no tempo e nunca ultrapassa 0,05 pontos na curva. Através dessa técnica, pode-se afirmar que o antipetismo induz à polarização política no Brasil.

Para o primeiro ciclo (1989-2002), o valor da medida de sobreposição é de 0,52, ou seja, o petismo e o antipetismo compartilham 52% de área comum. O valor de sobreposição entre o petismo e o antipetismo é de 5% para o segundo ciclo (2003-2014) e de 18% para o terceiro ciclo (2015-2019). Claramente, existe heterogeneidade para os dois últimos ciclos temporais entre petismo e antipetismo e, portanto, esses resultados evidenciam que a polarização política é dinâmica uma vez que existem períodos de mais divergência e de mais convergência.

O Gráfico 5 ainda apresenta os resultados da técnica da densidade relativa. Embora nenhum gráfico mostre o formato de U perfeito, um indicativo de que as extremidades estão crescendo sob o efeito da diminuição do centro, os resultados mostram que as caudas estão com uma inclinação bastante forte, entre 10 e 40 pontos de densidade, no segundo e terceiro ciclos. Nesses dois últimos casos, observa-se o surgimento e crescimento da polarização política no Brasil, fenômeno assimétrico e compatível com o desenvolvimento do antipetismo. Para o primeiro ciclo (1989-2002), os movimentos entre o petismo e antipetismo são praticamente uniformes, eliminando a possibilidade de polarização política.

Gráfico 5
Densidade Kernel e densidade relativa entre petismo e antipetismo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

A Tabela 2 mostra os coeficientes da mediana relativa de polarização, da cauda superior e cauda inferior da polarização política. Os resultados confirmam que a polarização política existente no Brasil é dinâmica e organizada por ciclos temporais. Para o primeiro ciclo (1989-2002), a mediana relativa de polarização oscilou negativamente 40% e as caudas inferior e superior seguiram o mesmo padrão. Pode-se afirmar que as distribuições do petismo e do antipetismo não caminharam às extremidades, isto é, não existiu polarização política para esse primeiro período. Em contrapartida, a mediana relativa de polarização foi de 58% para o segundo ciclo (2003-2014), sendo que a cauda inferior teve um crescimento de 33% e a cauda superior obteve 25%. Para o terceiro ciclo (2015-2019), a mediana relativa de polarização alcançou 44%. As evidências mostram, portanto, que o fenômeno da polarização política no Brasil existiu para o segundo e o terceiro ciclos, os quais compreendem o período de 2003 a 2019. Logo, a polarização política é um acontecimento novo no Brasil que pode diminuir ou aumentar a depender dos sentimentos positivos e negativos relativos ao PT. Organizada por ciclos temporais, o dinamismo da polarização política ao longo do tempo se manifesta com mais clareza.

Tabela 2
Índice de polarização entre petismo e antipetismo (1989-2019) (%)

| Índice de Polarização | 1989-2002 | | 2003-2014 | | 2015-2019 | |
|-----------------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | Coeficientes | Erro Padrão | Coeficientes | Erro Padrão | Coeficientes | Erro Padrão |
| Mediana (MRP) | -0,40 | 0,26 | 0,58 | 0,26 | 0,44 | 0,62 |
| Cauda Inferior (LRP) | -0,42 | 0,37 | 0,66 | 0,37 | -0,55 | 0,49 |
| Cauda Superior (URP) | -0,38 | 0,40 | 0,5 | 0,34 | 1,44 | 1,34 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Conclusão

O debate acerca da polarização política é um fenômeno relativamente novo na América Latina, em particular no Brasil, e a natureza desse comportamento se estabelece de forma diferente em comparação aos Estados Unidos. As evidências apresentadas neste artigo mostram que a polarização política no Brasil é ancorada na divisão entre o petismo e o antipetismo, cujo pêndulo desses sentimentos e atitudes é o PT, partido político dominante no sistema político brasileiro.

Conectar a agenda da polarização política e do partidarismo macro, especialmente pelo ângulo do partidarismo negativo, é uma contribuição teórica relevante para essa literatura, uma vez que o conceito de polarização política é ampliado e generalizado para um contexto institucional de representação política proporcional com um partido político dominante, diferentemente dos Estados Unidos. Outros países, como México e Argentina, apresentam características institucionais similares às do Brasil. Os eleitores desses países têm identidades políticas ligadas aos tradicionais partidos políticos, como Partido Institucional Revolucionário (PRI) e Partido Justicialista ou Peronista (PJ) (Greene, 2007; Levitsky; Murillo, 2008). Desse modo, a tese da polarização política dinâmica, incorporando elementos do partidarismo negativo, pode ser estendida e aplicada para esses países em uma agenda futura de pesquisa. A polarização política é um fenômeno global e não restrito aos Estados Unidos onde a democracia está bem estabelecida e os alinhamentos partidários e ideológicos são fortes.

Ainda do ponto de vista teórico, uma limitação da literatura sobre a polarização política é a falta de análise que compara diferentes métodos, o que permitiria observar as várias dimensões da polarização política. Este artigo buscou responder a esse problema, aplicando quatro diferentes medidas da polarização política: dispersão, associação, densidade relativa e sobreposição. Esses métodos apresentam vantagens e desvantagens, porém, em conjunto, os resultados encontrados tornam-se mais robustos estatisticamente.

Estudos sobre polarização política são ainda escassos na América Latina, então há uma extensa agenda a ser explorada. Nesse sentido, cabe ainda investigar sobre as causas e consequências da polarização política na América Latina, em particular no Brasil. Campello e Zucco (2015) argumentam que fatores econômicos externos, como o preço das commodities e as taxas de juros internacionais, influenciam a popularidade dos

presidentes. Usando esse argumento, é possível que tais fatores econômicos externos possam também influenciar a opinião pública e, por extensão, determinar a polarização política. A situação econômica pode explicar as causas da polarização política. Já sobre as consequências da polarização política, o apoio à democracia pode sofrer alterações negativas ao longo do tempo em um contexto político dividido e hostil. Assim, a polarização política pode impactar a democracia negativamente. Estruturar uma agenda de pesquisa acerca da polarização política na América Latina, pautada em descobrir a origem, as causas e as consequências desse fenômeno, mostra-se próspero para o desenvolvimento da ciência política na região.

Referências bibliográficas

- ABRAMOWITZ, A.; SAUNDERS, K. "Why can't we all just get along? The reality of a polarized America". *The Forum*, vol. 3, nº 2, 2005.
- _____.; _____. "Is polarization a myth?". *The Journal of Politics*, vol. 70, nº 2, p. 542-555, 2008.
- ABRAMOWITZ, A. I.; JACOBSON, G. C. Disconnected, or joined at the Hip?. In: Pietro NOVOLA, P.; BRADY, D. (eds). *Red and blue nation? Characteristics and causes of America's polarized politics*. Washington: Brookings Institution Press, 2006.
- ABRAMOWITZ, A. I.; WEBSTER, S. W. "Negative partisanship: why Americans dislike parties but behave like rabid partisans". *Political Psychology*, vol. 39, p. 119-135, 2018.
- AMES, B. (Ed.). *Routledge handbook of Brazilian politics*. New York: Routledge, 2018.
- AMES, B.; SMITH, A. E. "Knowing left from right: ideological identification in Brazil 2002-2006". *Journal of politics in Latin America*, vol. 2, nº 3, p. 3-38, 2010.
- ANSOLABEHERE, S.; RODDEN, J.; SNYDER JR., J. M. "The strength of issues: using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting". *American Political Science Review*, p. 215-232, 2008.
- BAKER, A.; DORR, D. Mass partisanship in three. Campaigns and voters in developing democracies: Argentina in comparative perspective. In: LUPU, N.; OLIVEROS, V.; SCHIUMERINI, L. (eds.) *Campaigns and voters in developing democracies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2019.
- BAKER, A.; AMES, B.; RENNO, L. R. "Social context and campaign volatility in new democracies: networks and neighborhoods in Brazil's 2002 elections". *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 2, p. 382-399, 2006.
- BAKER, A., et al. "The dynamics of partisan identification when party brands change: the case of the Workers Party in Brazil". *The Journal of Politics*, vol. 78, nº 1, p. 197-213, 2016.
- BAUER, P. C. "Conceptualizing and measuring polarization: a review". SocArXiv, 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335800338_Conceptualizing_and_measuring_polarization_A_review>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- BELLO, A. "A lógica social do voto correto no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 2, p. 466-491, 2016.

_____. "Origens, causas e consequências da polarização política". Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade de Brasília, IPOL/UNB, Brasília-DF, 2019.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. "Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras". *Opinião Pública*, vol. 24, nº 1, p. 53-89, 2018.

BRAGA, M. D. S. S.; PIMENTEL JR, J. "Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?". *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 271-303, 2011.

CAMPBELL, A., et al. *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

CAMPELLO, D.; ZUCCO, C. "Presidential success and the world economy". *The Journal of Politics*, vol. 78, nº 2, p. 589-602, 2015.

CARREIRÃO, Y. "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, vol. 8, nº 1, p. 54-79, 2002.

_____. "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

_____. "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros". *Opinião pública*, vol. 14, nº 2, p. 319-351, 2008.

CAUGHEY, D.; DUNHAM, J.; WARSHAW, C. "Polarization and Partisan Divergence in the American Public, 1946-2012". *Midwest Political Science Association Conference*, 2016.

DIMAGGIO, P.; EVANS, J.; BRYSON, B. "Have American's social attitudes become more polarized?". *American journal of Sociology*, vol. 102, nº 3, p. 690-755, 1996.

DRUCKMAN, J. N.; LEEPER, T. J. "Is public opinion stable? Resolving the micro/macro disconnect in studies of public opinion". *Daedalus*, vol. 141, nº 4, p. 50-68, 2012.

DRUCKMAN, J. N.; LEVENDUSKY, M. S. "What do we measure when we measure affective polarization?". *Public Opinion Quarterly*, vol. 83, nº 1, p. 114-122, 2019.

ERIKSON, R. S.; MACKUEN, M. B.; STIMSON, J. A. "What moves macropartisanship? A response to Green, Palmquist, and Schickler". *American Political Science Review*, p. 901-912, 1998.

_____.; _____.; _____. *The macro polity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. "Political polarization in the American public". *Annual Revista Political Science*, vol. 11, p. 563-588, 2008.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J.; POPE, J. C. *Culture war*. The myth of a polarized America. 3ª ed., 2005.

_____.; _____.; _____. "Polarization in the American public: Misconceptions and misreadings". *The Journal of Politics*, vol. 70, nº 2, p. 556-560, 2008.

FIORINA, M. P.; LEVENDUSKY, M. S. "Disconnected: the political class versus the people". *Red and blue nation*, vol. 1, p. 49-71, 2006.

GIDRON, N.; ADAMS, J.; HORNE, W. "Toward a comparative research agenda on affective polarization in mass publics". *APSA Comparative Politics Newsletter*, vol. 29, p. 30-36, 2019.

GREENE, K. F. *Why dominant parties lose: Mexico's democratization in comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HANCOCK, M. S.; MORRIS, M.; BERNHARDT, A. *A distributional approach to measuring changes in economic inequality*. New York University: PennState, 1997.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. "A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization". *The Journal of Politics*, vol. 77, nº 4, p. 1.058-1.075, 2015.

IYENGAR, S.; SOOD, G.; LELKES, Y. "Affect, not ideology social identity perspective on polarization". *Public opinion quarterly*, vol. 76, nº 3, p. 405-431, 2012.

IYENGAR, S.; WESTWOOD, S. J. "Fear and loathing across party lines: New evidence on group polarization". *American Journal of Political Science*, vol. 59, nº 3, p. 690-707, 2015.

IYENGAR, S., et al. "The origins and consequences of affective polarization in the United States". *Annual Review of Political Science*, vol. 22, p. 129-146, 2019.

JACKSON, J. E., KOLLMAN, K. "Connecting micro-and macropartisanship". *Political Analysis*, p. 503-518, 2011.

KINZO, M. D. A. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

KLAR, S.; KRUPNIKOV, Y. *Independent politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

LEE, J. M. "The political consequences of elite and mass polarization". Doctoral Dissertation in the Political Science. University of Iowa, 2012.

LEVENDUSKY, M. S.; POPE, J. C. "Red states vs. blue states: going beyond the mean". *Public Opinion Quarterly*, vol. 75, nº 2, p. 227-248, 2011.

LEVITSKY, S.; MURILLO, M. V. "Argentina: From kirchner to kirchner". *Journal of Democracy*, vol. 19, nº 2, p. 16-30, 2008.

LIJPHART, A. *Modelos de democracia*. São Paulo: Planeta, 2008.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 88, p. 21-37, 2010.

MACKUEN, M. B.; ERIKSON, R. S.; STIMSON, J. A. "Macropartisanship". *The American Political Science Review*, p. 1.125-1.142, 1989.

MASON, L. "The rise of uncivil agreement: issue versus behavioral polarization in the American electorate". *American Behavioral Scientist*, vol. 57, nº 1, p. 140-159, 2013.

_____. *Uncivil agreement: how politics became our identity*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.

MAYER, S. J. "How negative partisanship affects voting behavior in Europe: Evidence from an analysis of 17 European multi-party systems with proportional voting". *Research & Politics*, vol. 4, nº 1, p. 2.053-6.801, 2017.

MCCARTY, N. *Polarization: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

MICHAEL MCGREGOR, R.; CARUANA, N. J.; STEPHENSON, L. B. "Negative partisanship in a multi-party system: the case of Canada". *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, vol. 25, nº 3, p. 300-316, 2015.

MOUW, T.; SOBEL, M. E. "Culture wars and opinion polarization: the case of abortion". *American Journal of Sociology*, vol. 106, nº 4, p. 913-943, 2001.

- NICOLAU, J. "Vermelhos e Azuis: um estudo sobre os determinantes do voto nas eleições presidenciais brasileiras (2002-2010)". *9º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Brasília (DF), ago. 2014.
- OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. "Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro". *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, p. 574-600, 2015.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. D. S. S.; PIMENTEL JR., J. T. P. "Eleitorado e partidos políticos no Brasil". *Opinião pública*, vol. 13, nº 2, p. 388-408, 2007.
- PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. "O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.
- REIS, F. W. "Eleição de 2014: país dividido e a questão social". *Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política Ano VI*, vol. 8, nº 6, 2014.
- RENNÓ, L. "The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections". *Latin American Politics and Society*, vol. 62, nº 3, 2020.
- RENNÓ, L.; AMES, B. "PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010". *Opinião Pública*, vol. 20, nº 1, p. 1-25, 2014.
- RENNÓ, L.; CABELLO, A. "As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, nº 74, p. 39-60, 2010.
- RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. "Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros". *Opinião pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, 2011.
- _____.; _____.; _____. "Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes". *Opinião Pública*, vol. 22, nº 3, p. 603-637, 2016.
- SAMUELS, D. "Sources of mass partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*, vol. 48, nº 2, p. 1-27, 2006.
- _____. "A evolução do petismo (2002-2008)". *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.
- SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SCHMID, F.; SCHMIDT, A. "Nonparametric estimation of the coefficient of overlapping – theory and empirical application". *Computational Statistics & Data Analysis*, vol. 50, nº 6, p. 1.583-1.596, 2006.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- STIMSON, J. *Public opinion in America: moods, cycles, and swings*. New York: Routledge, 1991.
- TAJFEL, H., et al. An integrative theory of intergroup conflict. In: AUSTIN, W.; WORCHEL, S. (eds). *The social psychology of intergroup relations*. Monterey: Brooks/Cole, 1979.
- URA, J. D.; ELLIS, C. R. "Partisan moods: polarization and the dynamics of mass party preferences". *The Journal of Politics*, vol. 74, nº 1, p. 277-291, 2012.

Anexo I

Indicadores Macro de Petismo e Antipetismo

As questões abaixo foram usadas para criar as medidas de petismo e antipetismo. Depois de cada questão, nós listamos o Instituto de Pesquisa, o número de vezes que a questão foi usada e a série de anos em que a questão foi perguntada.

➤ **Petismo**

1. Qual é o seu partido político de preferência? (Datafolha; 91, 1989-2020; Ibope; 2, 1989-2018);
2. Qual é o partido político que melhor representa a maneira como o (a) sr(a) pensa? (Eseb; 5, 2002-2018; Lapop; 1, 2006);
3. Qual é o partido que você prefere? (FPA;6, 1997-1999-2001-2003-2006-2010);
4. Atualmente o(a) sr./sra. simpatiza com algum partido político? (Lapop; 6, 2008-2010-2012-2014-2016-2019; BEPS; 1, 2014);
5. Por qual destes partidos políticos o(a) sr(a) tem maior preferência ou simpatia? (Ibope; 10, 1994-2010-2018; Eseb; 1, 2018);
6. O sr. tem preferência ou simpatia maior por algum destes partidos políticos? (Ibope; 5, 1987-1989).

➤ **Antipetismo**

1. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) sr(a) gosta muito. (Eseb; 5, 2002-2006-2010-2014-2018; Lapop; 2, 2006-2019);
2. Qual é o partido em que você não votaria nos candidatos dele de jeito nenhum? (FPA; 4, 1997-1999-2006-2010; Lapop; 1, 2006);
3. E em qual destes partidos políticos o(a) sr(a) não votaria de jeito nenhum? (Ibope; 9, 2018; WVS; 1, 2006; Eseb; 1, 2018);
4. E de qual partido o(a) sr(a) gosta menos? (Ibope; 2, 1994);
5. Por qual desses partidos o(a) sr(a) tem antipatia? (Ibope; 3, 1989),

Anexo II

Relatório de estimativa de petismo e petismo do Dyad Rations (Mcalc)

| Relatório de Estimação | | | | | | |
|---|-------|--------------|------------|-----------|---------------|--------|
| Petismo e Antipetismo | | | | | | |
| 24 registros após verificação de data | | | | | | |
| Período de 1989 a 2019 – Pontos de Tempo: 31 anos | | | | | | |
| Número de Séries: 1 | | | | | | |
| Suavização Exponencial | | | | | | |
| Histórico de iteração: Dimensão 1 | | | | | | |
| Variável | Iter | Convergência | Crit | Confiança | AlphaF | AlphaB |
| Petismo | 1 | 0,000 | 0,001 | 0,803 | 1.000 | 1.000 |
| Antipetismo | 1 | 0,000 | 0,001 | 0,626 | 1.000 | 1.000 |
| Descrição das Variáveis | | | | | | |
| Variável | Casos | Dimensão 1 | Dimensão 2 | Média | Desvio Padrão | |
| Petismo | 10 | 1.000 | .000 | 44,833 | 14,583 | |
| Antipetismo | 10 | 1.000 | .000 | 33,441 | 16,090 | |
| Contabilidade de Variação: Dimensão 1 | | | | | | |
| Estimativa de autovalor | 0,32 | | | | | |
| do máximo possível | 0,32 | | | | | |
| Variação explicada | 100% | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

Anexo III

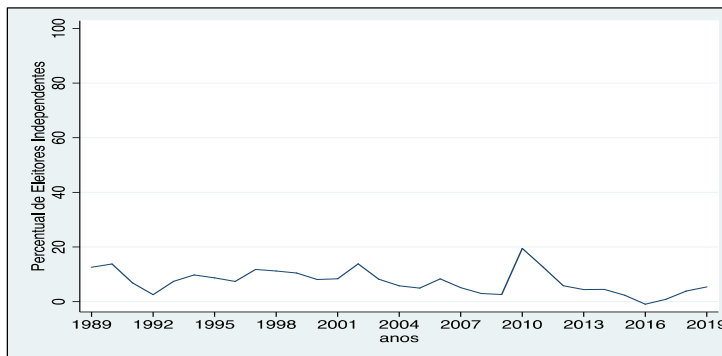
Análise sobre os eleitores independentes

Os entrevistados que não quiseram ou não souberam responder às perguntas sobre identificação partidária serão chamados doravante de independentes, nome clássico usado pela literatura estadunidense para classificar os eleitores que evitam qualquer tipo de vínculo partidário (Klar; Krupnikov, 2016).

Conforme o Gráfico 6, o número de eleitores independentes no Brasil variou de 0 a 20 pontos percentuais de 1989 a 2019. É um quantitativo estável, sem grandes alterações ao longo do tempo. Os independentes são retirados da fórmula que calcula o percentual de petismo e antipetismo (ver as notas 3 e 4), de modo que o cálculo final é proporcional ao número de eleitores que declararam alguma identificação partidária. Optou-se por esse caminho porque a hipótese é de que as atitudes dos petistas e antipetistas produzem a polarização política dinâmica, logo não faz sentido incluir o grupo de independentes nessa análise.

Gráfico 6

Eleitores independentes: entrevistados que não souberam ou não quiseram responder às perguntas sobre identificação partidária



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

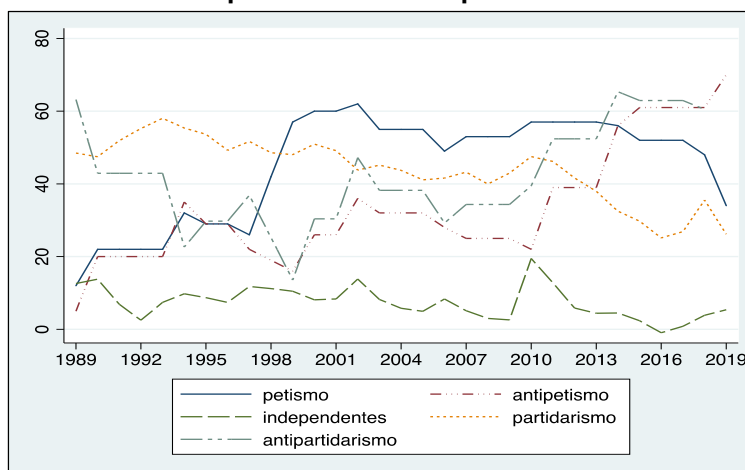
Por fim, a Tabela 3 mostra a descrição dos grupos relacionados à identificação partidária positiva e negativa e o Gráfico 7 apresenta as mudanças temporais desses grupos: independentes, petistas, antipetistas, partidários e antipartidários. O petismo e partidarismo têm movimentações paralelas, assim como o antipetismo e o antipartidarismo. Por sua vez, os independentes apresentam uma movimentação no tempo única e autônoma em relação aos outros grupos partidários. Esse padrão de comportamento pode ser observado pela diferença da média de cada grupo (tabela 3) e pela própria flutuação dos grupos ao longo do tempo (Gráfico 7).

Tabela 3
Descrição dos grupos partidários

| Variável | Anos | Casos | Média | Desvio Padrão | Variância Explicada |
|-----------------|------|-------|-------|---------------|---------------------|
| Independentes | 31 | 28 | 7 | 4 | 74 |
| Petismo | 31 | 10 | 45 | 15 | 100 |
| Antipetismo | 31 | 10 | 33 | 16 | 100 |
| Partidários | 33 | 31 | 44 | 8 | 89 |
| Antipartidários | 30 | 9 | 42 | 13 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Gráfico 7
Série temporal dos grupos partidários: petismo, partidarismo, antipetismo, antipartidarismo e independentes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados organizados do Cesop.

Abstract

Dynamic political polarization: evidence from Brazil

This article analyzes the nature of political polarization in Brazil by applying multiple techniques to increase the robustness of the results. A political polarization index was developed from 1989 to 2019 based on statistical techniques for macro-level data analysis and using questions about positive and negative party sentiment of the Workers' Party (PT). The results indicate that there is affective and dynamic political polarization, structured by periods of more convergence and more divergence. The feelings of petism (pro-PT partisanship) and anti-petism (anti-PT sentiment) produce political polarization, so that the antagonism between the two camps (petistas and anti-petistas) grows over time. This article sparks a debate on political polarization in Latin America from the perspective of macro politics.

Keywords: macro politics; political polarization; petism; antipetism; PT

Resumen

Polarización política dinámica: evidencia de Brasil

Este artículo analiza la naturaleza de la polarización política en Brasil aplicando múltiples técnicas para aumentar la robustez de los resultados. Se desarrolló un índice de polarización política de 1989 a 2019 basado en técnicas estadísticas para el análisis de datos a nivel macro y utilizando preguntas sobre el sentimiento partidista positivo y negativo del Partido de los Trabajadores (PT). Los resultados indican que existe una polarización política afectiva y dinámica, estructurada por períodos de mayor convergencia y mayor divergencia. Los sentimientos de petismo y antipetismo producen polarización política, por lo que el antagonismo entre los dos grupos crece con el tiempo. Este artículo abre un debate sobre la polarización política en América Latina desde la perspectiva de la macropolítica.

Palabras clave: macropolítica; polarización política; petismo; antipetismo; PT

Résumé

Polarisation politique dynamique : preuves du Brésil

Cet article analyse la nature de la polarisation politique au Brésil en appliquant plusieurs techniques pour augmenter la robustesse des résultats. Un indice de polarisation politique a été développé de 1989 à 2019 sur la base de techniques statistiques d'analyse de données au niveau macro et en utilisant des questions sur le sentiment de parti positif et négatif du Parti des travailleurs (PT). Les résultats indiquent qu'il existe une polarisation politique affective et dynamique, structurée par des périodes de plus grande convergence et de plus grande divergence. Les sentiments de pétisme et d'anti-pétisme produisent une polarisation politique, de sorte que l'antagonisme entre les deux groupes grandit avec le temps. Cet article ouvre un débat sur la polarisation politique en Amérique latine du point de vue de la politique macro.

Mots-clés : macro politique ; polarisation politique ; pétisme ; antipétisme ; PT

Artigo submetido à publicação em 15 de dezembro de 2021.

Versão final aprovada em 4 de novembro de 2022.

Opinião Pública adota a licença Creative Commons CC-BY.

